# **VÍDEOS RECOMENDADOS**

Patrimônio Público e Terceiro Setor



CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO E TERCEIRO SETOR



4ª Edição 2022

# **VÍDEOS RECOMENDADOS**

## 1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



Desafios da improbidade administrativa e Direito Administrativo Sancionador | Fábio Medina Osório.

## \* PALESTRANTE:

Fábio Medina Osório - Advogado e professor

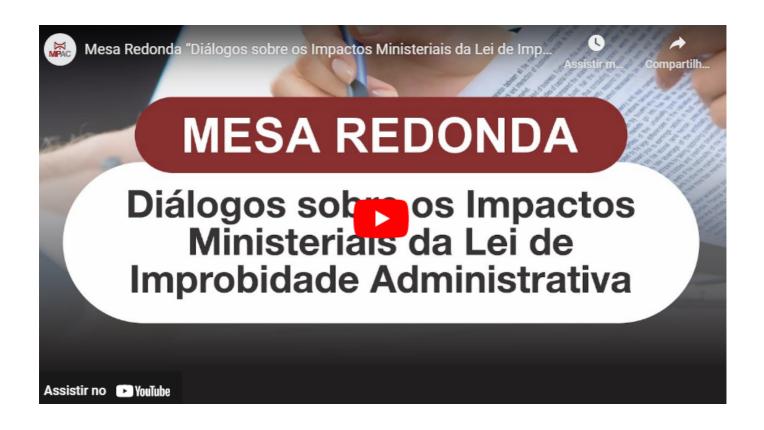
## \* Tema abordado:

Desafios da improbidade administrativa e Direito Administrativo Sancionador

(Escola de Políticas de Estado da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro)







■ Mesa Redonda "Diálogos sobre os Impactos Ministeriais da Lei de Improbidade Administrativa"

## \*PALESTRANTES:

Igor Pereira Pinheiro - Promotor de Justiça do MPCE Luciano Taques Ghignone - Promotor de Justiça Joana D'arc Dias Martins - Promotora de Justiça

(Ministério Público do Acre)







## Desafios da Lei de Improbidade para a Administração Pública

#### \* PALESTRANTES:

Renato Kim Barbosa - MPSP Silvio Luís Ferreira da Rocha - JFSP e PUC-SP Mateus Camilo Ribeiro da Silveira - PGE-SP Thiago Pinheiro Lima - MPC-SP Ismar Viana - TCE-SE

(Escola Paulista de Contas Públicas do TCE-SP)







## Um ano da Nova Lei de Improbidade Administrativa

#### \* PAINELISTA:

Dr. Marcelo Malheiros Cerqueira - MPF Dr. Galtiênio da Cruz Paulino - MPF Dr. Octahydes Ballan Junior - MPTO

#### \*Mediadora:

Juliana Silva Marinho Guimarães (PPGPJDH/UFT/ESMAT)

### \* Tema abordado:

Evolução normativa no campo da improbidade administrativa Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública Improbidade e o Julgamento do Tema 1199 pelo STF

(CESAF MPTO)







▶ PALESTRA "O dolo na nova Lei Improbidade Administrativa"

## \* PALESTRANTE:

Rodrigo Leite Cabral - Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná e Professor

#### \* Tema abordado:

A palestra abordará o elemento subjetivo do ato de improbidade administrativa, buscando fazer uma proposta de como o elemento dolo pode ser interpretado na nova sistemática.

(CEAF MPPA)







Live: Aplicabilidade da Nova Lei de Improbidade Administrativa

## \* PALESTRANTE:

Karina Amorim Costa - Advogada Sidney Neves - Advogado

#### \* Tema abordado:

Aplicabilidade da Nova Lei de Improbidade Administrativa

(OAB DF)







## **WEBINAR**

Aspectos Materiais e Processuais da Nova Lei de Improbidade Administrativa



Reynaldo Di Lorenzo S. Filho Promotor de Justica do MPPB



Igor Pereira Pinheiro Promotor de Justiça do MPCE



Tiago do Carmo Martins Juiz federal do TRF4





PALESTRANTES:





Aspectos Materiais e Processuais da Nova Lei de Improbidade Administrativa.

## \* PALESTRANTE:

Reynaldo Di Lorenzo S. Filho - Promotor de Justiça do MPPB Igor Pereira Pinheiro - Promotor de Justiça do MPCE Tiago do Carmo Martins - Juiz Federal do TRF4

## \* Tema abordado:

Aspectos Materiais e Processuais da Nova Lei de Improbidade Administrativa.

(NEAD MPPB)







(ir)retroatividade

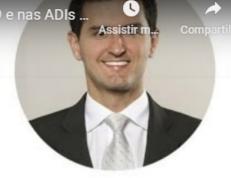
das modificações da Lei de

Improbidade Administrativa

ANÁLISE SOBRE O
RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS ADIS 7042 E 7043



Assistir no PROF. LANDOLFO ANDRADE E O





■ Webinar: análise das Teses fixadas pelo STF no Tema 1199 e nas ADIs 7042 e 7043.

## \* PALESTRANTE:

Landolfo Andrade - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo e Professor Fernando Gajardoni - Juiz de Direito e Professor

#### \* Tema abordado:

Teses fixadas pelo STF no Tema 1199 Resultado do julgamento das ADIs 7042 e 7043

(Escola de Direito Coletivo)







de Defesa do Patrimônio Público

🔼 A Nova Lei de Improbidade e a atuação do MP no Combate à Corrupção | MPMG

## \* PALESTRANTE:

Emerson Garcia - Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro Fernando Zaupa - Promotor de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul,

## \* Tema abordado:

As principais alterações da Lei de Improbidade pela Lei nº 14.230/2021 Aspectos práticos da investigação no patrimônio público - Foco na Nova Lei de Improbidade Administrativa

(MPMG)





# Primeiros impactos da nova lei de improbidade na perspectiva do Ministério Público



Emagis PodCast T03E14 - Primeiros impactos da nova lei de improbidade na perspectiva do MP

#### \* ENTREVISTADOS:

Lara Peplau - Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa do Ministério Público de Santa Catarina.

Ronaldo Pinheiro de Queiroz - Procurador Regional da República e Professor

#### \* Temas abordados:

Nova Lei de improbidade administrativa Principais alterações Impacto no Ministério Público

(Emagis TRF4)







□ [Live] Lançamento do projeto "Agentes da Cidadania"

#### \* PALESTRANTE:

Mário Luiz Sarrubbo-Procurador-geral de Justiça de São Paulo

#### \* Temas abordados:

Debate sobre os aspectos inconstitucionais da LIA e seus impactos na defesa do patrimônio público Lançamento do projeto de educação para a cidadania: um curso virtual destinado à comunidade e às instituições interessadas em capacitar seus servidores sobre questões ligadas à Administração Pública, principalmente em relação ao combate à corrupção





## 2. <u>ACORDOS</u>



□ [Live] Corrupção ativa empresarial e acordo de não persecução

## \* PALESTRANTE:

David Kerber De Aguiar - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná Fábio André Guaragni - Procurador de Justiça no Estado do Paraná Rodrigo Leite Ferreira Cabral - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná e Professor

## \* Temas abordados:

Em que medida o Acordo de Não persecução Penal deve ser usado pelo Ministério Público no plano da execução da política criminal funcionalmente ordenada em crimes de corrupção ativa empresarial.







▶ MPPR [LIVE] Atos lesivos e acordos

### \* PALESTRANTES:

José Roberto Pimenta Oliveira - Procurador Regional da República e coordenador do Núcleo de Combate à Corrupção da PRR da 3ª Região (MPF)

Mateus Bertoncini - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná Renee do Ó Souza (MPMT-CNMP) - Promotor de Justiça em Mato Grosso e Professor

## \* Temas abordados:

Constitucionalidade da legitimação ativa do Ministério Público para celebrar acordos no campo da tutela do patrimônio público e social, incluindo o Acordo de Não Persecução Cível e Acordo de Leniência, no campo da improbidade administrativa;

Origem da Lei Anticorrupção

Os aspectos da responsabilidade da pessoa jurídica na Lei 12.846/2013

A tipologia de atos lesivos

A responsabilidade da pessoa física e como esses acordos são usados para obtenção de provas que produzem informações e documentos aptos à elucidação de ilícitos variados



## \* PALESTRANTE:

Fábio Medina Osório - Advogado e professor

## \* Tema abordado:

Acordo de Não Persecução Administrativa





# 3. <u>Anticorrupção</u>



#### Curso:

Atualidades do Direito anticorrupção

#### Professor:

Igor Pereira Pinheiro - Promotor de Justiça do MPCE

Saber Direito - Atualidades do Direito anticorrupção -	Aula 1
🕒 😨 Saber Direito - Atualidades do Direito anticorrupção - A	Aula 2
🖸 📀 Saber Direito - Atualidades do Direito anticorrupção - A	Aula 3
🕒 📀 Saber Direito - Atualidades do Direito anticorrupção - A	Aula 4
🕒 💿 Saber Direito - Atualidades do Direito anticorrupção - A	Aula 5

(TV Justiça Oficial)







□ [LIVE] Desafios Contemporâneos do Combate à Corrupção

#### \* PALESTRANTE:

Roberto Livianu - Procurador de Justiça do MPSP André Glitz - promotor de Justiça do MPPR Mateus Bertoncini - Procurador de Justiça do MP

#### \* Tema abordado:

Combate à Corrupção



# 4. <u>LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</u>



#### Professora:

Ana Luiza Jacoby

## Temas das Aulas:

- Conheça os 4 Principais Objetivos do Processo Licitatório
- □ Entenda quais são as Empresas com Participação Proibida em Licitações







Os principais Critérios de Julgamento em Licitações Públicas

## \* PALESTRANTE:

Jacoby Fernandes - Advogado e Professor

#### \* Tema abordado:

Os principais Critérios de Julgamento em Licitações Públicas

Normalmente o menor preço e o maior desconto se destacam como o fundamento mais assertivo na maioria das modalidades de licitação pública. Porém, nesse vídeo o Professor Jacoby Fernandes mostra que não existe uma única e exata motivação como regra geral para todas as modalidades de licitação. Cada categoria demanda um direcionamento específico em suas preferências de julgamento, pois isso depende do objetivo e intenção do processo







Governança na Nova Lei de Licitações

#### \* PALESTRANTE:

Jacoby Fernandes - Advogado e Professor

## \* Tema abordado:

Governança na Lei 14.133 (a nova Lei de Licitações e Contratos).

Governança das aquisições pode ser entendida como conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que objetivam assegurar que as decisões e as ações relativas à gestão estejam alinhadas às necessidades da organização, contribuindo para o alcance das suas metas.

Os principais objetivos desses governos são: alinhar as políticas e as estratégias de gestão das aquisições às prioridades do negócio da organização em prol de resultados; otimizar a disponibilidade e o desempenho dos objetos adquiridos; mitigar riscos nas aquisições e assegurar a utilização eficiente de recursos.

Agora, a Governança na Nova Lei de Licitações auxilia na distribuição equitativa de trabalho entre os servidores públicos.







▶ Palestra: Fiscalização e Gestão de Contratos

#### \*PALESTRANTE:

Janete Melo D' Albuquerque Lima - Procuradora do Estado do Acre

#### \*Tema Abordado:

Fiscalização e Gestão de Contratos

(Ministério Público do Acre)







Boas Práticas de Governança

#### \* PALESTRANTE:

Jacoby Fernandes - Advogado e Professor

#### \* Tema abordado:

Neste vídeo o Professor cita o artigo 11 da Nova Lei de Licitações e a ideia da governança estabelecida. É preciso ter na lei o idealismo do que a sociedade procura.

Sendo assim, o artigo 11 apresenta boas inovações, como:

Garantia da isonomia (justa competição);

Ciclo de vida útil do objeto (regra de sustentabilidade)

;Controle de preço na execução dos contratos;

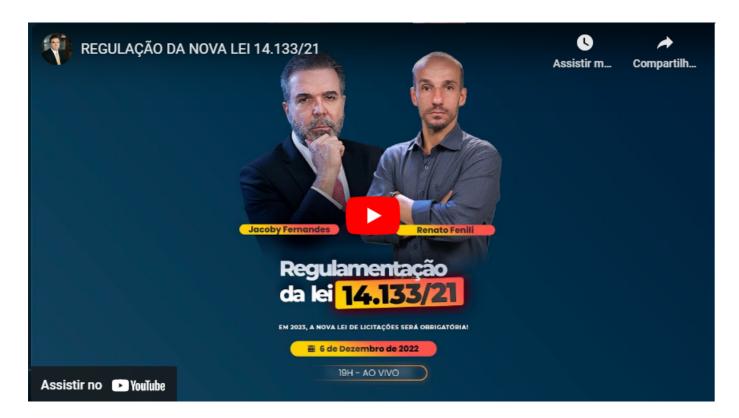
Ambiente de integridade e confiança entre a administração pública e o contratado.

No direito administrativo, ambas as partes devem estar visando o interesse público, tendo como regra de governança a responsabilidade da alta administração pública. Desta forma, compete à ela realizar o idealismo que está na nova lei.

Afinal, governança é isso, uma interação entre várias partes. Uma coordenação perfeita de diversos setores que é ordenada pela alta administração.







## ■ REGULAÇÃO DA NOVA LEI 14.133/21

## \* Professores:

Jacoby Fernandes - Professor e Advogado Renato Fenili - Secretário de Gestão do Ministério da Economia

## \* Temas abordados:

Regulação da Nova Lei 14.133/21







■ WEBINÁRIO NLLC: AULA 4 - Contratações em obras e Serviços de Engenharia

\* PALESTRANTE:

Cláudio Sarian - Engenheiro, Advogado, Auditor do TCU

■ WEBINÁRIO NLLC: AULA 8 - Atuação do Controle Interno na NLLCA

\* PALESTRANTE:

Jetro Coutinho - Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União

(Escola de Contas Públicas / TCE-ES)







Responsabilização de Gestores Públicos

#### \* PALESTRANTE:

Luiz Quintella - Advogado

#### \* Tema abordado:

Responsabilização de Gestores Públicos

Após explicar como o gestor público deve agir diante de vícios em contratos públicos, o Dr Luiz Quintella aborda os processos que implicam na responsabilização dos agentes que tiverem incorrido nesse vício. O advogado cita também os dispositivos da lei nº 14.133/21 sobre o direito sancionatório e como isso se relaciona com os agentes em questão.







🛂 4º Seminário da Nova Lei de Licitações e Contratos -Lei nº 14.133/2021-22/11/2022- Bauru

#### \* PALESTRANTES:

Luciana Maria Assad -Agente da Fiscalização Maira Coutinho Giroto-Agente da Fiscalização Robson Luis Correia- Chefe técnico da fiscalização José Fernando Ruiz Maturana-Procurador do Trabalho - PRT da 15ª região-

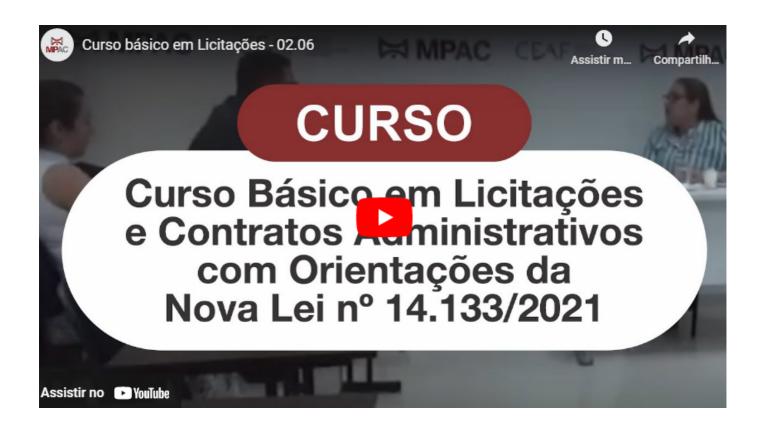
## \* Tema abordado:

Alterações contratuais e reequilíbrio econômico-financeiro Contrato, garantias, prazo e execução contratual Infrações e sanções administrativas Nova Lei de licitações, reflexos nas relações trabalhistas e a administração

(Escola Paulista de Contas Públicas - TCE SP)







- Curso básico em Licitações 30.05
- Curso básico em Licitações 31.05
- Curso básico em Licitações 02.06

(Ministério Público do Acre)





■ Em quais casos não se aplica o ETP?

## \* PROFESSOR:

Murilo Jacoby - Advogado

## \* Tema abordado:

No vídeo o Professor aborda as hipóteses em que a instrução normativa do governo federal dispensa a elaboração do ETP para realização de contratações públicas.







## \* PALESTRANTE:

Jacoby Fernandes - Advogado e Professor

## \* Tema abordado:

Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos)





## **5. TERCEIRO SETOR**



Fiscalização das fundações de Direito Privado

#### \* PALESTRANTE:

Eduardo Marcondes da Silva - Coordenador do Centro de Estudos Fundata da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)

Flávio Nishimura - Especialista em tecnologia da informação e membro do time do Centro de Desenvolvimento de Sistemas na FIPE

## \* Temas abordados:

Fiscalização das Fundações de Direito Privado: Analisando a Prestação de Contas Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP)

Painel das Fundações de Direito Privado do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (PAFES)

(MPES)







#### \* PALESTRANTE:

Janine Soares - Promotora de Justiça do MPRS

## \* Temas abordados:

O Velamento das Fundações Privadas pelo Ministério Público

(OSC Legal)

## CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO E TERCEIRO SETOR





#### \* PALESTRANTE:

José Ricardo Xavier - Coordenador da Comissão do Terceiro Setor (CRC-GO)

## \* Tema abordado:

Apresentação do "Manual de Práticas Contábeis vinculado às Entidades do Terceiro Setor" que é aplicado aos contratos de Gestão e/ou convênios com metas preestabelecidas.

(Escola Superior do Ministério Público MPGO)





## **6. OUTROS TEMAS**



Encontro de Auditoria e Gestão de RPPS Estaduais - 15/09/2022-- Tarde

#### \* PALESTRANTES:

Celso Atílio Frigeri - Coordenador de Fiscalização e Controle dos RPPS (Cofisco) do TCESP

Marcos Ferreira da Silva - Analista do TCE-RJ

José Guilherme Kliemann - Diretor-Presidente do IPEPrev RS

Jefferson Renato Rosolem Zaneti - Coordenador da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes - Copajure

Janayna de Roma Silva - Coordenadora de Orientação e Supervisão Atuarial da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Sérgio Aureliano Machado da Silva - Diretor Presidente do Rioprevidência

Allex Albert Rodrigues - Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social

José Roberto de Morges - Diretor-Presidente da SPPREV

#### \* Temas abordados:

Auditoria dos Tribunais de Contas em RPPS Estaduais Questões de Interesse dos RPPS Estaduais nos Tribunais O Equilíbrio Atuarial dos RPPS Estaduais Autonomia e Desafios de Gestão dos RPPS Estaduais

## CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO E TERCEIRO SETOR





□ Controle da Administração Pública no Brasil - 10/10/2022

#### \* PALESTRANTE:

José Maurício Conti - Professor da Faculdade de Direito da USP Rafael Antonio Baldo - Procurador do MPC-SP Celso Augusto Matuck Feres Junior - Procurador do MPC-SP

#### \* Tema abordado:

As palestras abordam os principais desafios na temática do controle da administração pública, como resultado dos debates das aulas da USP (fiscalização e controle, orçamento público, controle interno, responsabilidade financeira, controle de políticas públicas, entre outros)

(Escola Paulista de Contas Públicas do TCE-SP)







□ Dia Internacional Contra a Corrupção - MPSC destaca o papel do controle interno dos municípios

#### \* PALESTRANTES:

Lara Peplau - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e Promotora de Justiça Samuel Dal Farra Naspolini - Promotor de Justiça MPSC Milani Maurílio Bento - Promotora de Justiça MPSC Marcos Augusto Brandalise - Promotor de Justiça MPSC Mileni Fonseca Krubniki Teodoro - Auditora Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral de União Cristiano Socas da Silva - Controlador-Geral do Estado

## \* Tema abordado:

Relevância da atuação conjunta com o controle interno na racionalização das atividades do MP Experiências exitosas na atuação conjunta entre MP e controle interno Transparência pública, Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)







□ Gestão por Resultados vs Administração Burocrática

## \* PALESTRANTE:

Jacoby Fernandes - Advogado e Professor

## \* Tema abordado:

Gestão por Resultados vs Administração Burocrática

## CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO E TERCEIRO SETOR





□ II Seminário - Ética, Integridade e Governança

#### \* PALESTRANTES:

Bruno Bianco Leal - Advogado-Geral da União
Adler Anaximandro - Secretário Geral de Consultoria
Vladia Pompeu - Diretora da Escola da AGU
Wagner de Campos Rosário - Ministro da Controladoria-Geral da União
Edimar Fernandes de Oliveira - Corregedor-Geral da Advocacia-Geral da União
Iêda Aparecida Cagni - Secretária-Geral de Administração

#### \* Temas abordados:

Principais aspectos relacionados à implementação de programas de integridade nas organizações públicas, sobretudo na Advocacia Pública

Discussão dos riscos para integridade, boas práticas sobre o tema, além de avanços e desafios relacionados ao assunto

Apresentação e o lançamento oficial do recém-instituído Programa AGU Integridade

(Escola da AGU)







■ Ministério Público Resolutivo: Negociação e investigação

## \* PALESTRANTES:

Luciano Taques Ghignone - Promotor de Justiça da Bahia

## \* Tema abordado:

Apresentação de trilhas de investigação - SAI

(Conselho Nacional do Ministério Público )







#### \* PALESTRANTES:

Aysha Sella Claro de Oliveira Luciane Evelyn Cleto Melluso Teixeira de Freitas

## \* Tema abordado:

O Ministério Público como Instituição Responsiva na Área de Proteção ao Patrimônio Público.







[WEBINAR] Transparência: Um caminho sem volta na democracia (2º encontro)

## \* PALESTRANTES:

Fabiana Lemes Zamalloa Horácio de Moura Septimio Vinícius Bernardes Carvalho Bruno Carvalho Cavalcante Rolim Bruno Schimitt Morassutti

#### \* Tema abordado:

Transparência: Um caminho sem volta na democracia

(Escola Superior do Ministério Público de Goiás)